



FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE
(FAMEN)

PLANO DE AÇÃO COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
CPA

2023

RIO GRANDE DO NORTE

A atual composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Amélia Catarina Batista Tavares - Representante do Corpo Técnico Administrativo

Jaqueline Aparecida Morais Alves - Representante Docente

Andrielly Ramos da Silva Ferreira - Representante Discente

Rita de Cassia Silva - Representante da Comunidade

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é um processo que serve para proporcionar uma base racional, objetiva e equânime para decisões administrativas objetivando o desenvolvimento da Instituição de Ensino Superior (IES).

O propósito central da Autoavaliação da Avaliação Institucional, objeto deste relatório é a melhoria da qualidade. Nessa perspectiva, o plano de ação da CPA engloba docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos.

A metodologia de aplicação dos questionários, preenchidos on-line, utilizando a Internet como meio, o que propiciou, entre outras, as seguintes vantagens:

- velocidade na coleta e no processamento dos dados;
- maior confiabilidade e fidedignidade dos dados;
- maior benefício com menor custo de operação;
- maior comodidade do usuário;
- não constrangimento do avaliador em poder expressar a sua opinião, entre outros.

O relatório que se segue versará sobre a análise dos dados e os resultados deles decorrentes para o diagnóstico desejado, fazendo-se ainda uma comparação com as avaliações anteriores.

1.1. OBJETIVOS DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação tem como objetivo geral de organizar a avaliação institucional englobando os aspectos: da gestão acadêmica, administrativa e financeira da Instituição com vistas à busca da melhoria contínua na qualidade do ensino e da Instituição.

Para tanto, os seguintes objetivos específicos são cumpridos:

- Conscientização da comunidade acadêmica sobre a necessidade e benefícios da participação na autoavaliação;
- Desenvolvimento e aplicação do questionário de autoavaliação;
- Análise crítica de resultados visando identificação de pontos fortes e fragilidades;
- Desenvolvimento de plano de ação para saneamento das fragilidades identificadas;
- Acompanhamento da realização das ações;
- *Feedback* a comunidade acadêmica com relação à avaliação e ações de correção.

1.2. FASES

O Projeto de Autoavaliação da IES disponibiliza indicadores para a revisão de ações e redirecionamento das estratégias de atuação da Instituição. É uma ferramenta para o planejamento e gestão institucional, instrumento este de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e do processo sistemático de informações à sociedade.

As ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) contemplam as seguintes fases:

- A. Sensibilização da comunidade acadêmica para relevância dos processos;
- B. Autoavaliação pela Faculdade, com a formação de diversas óticas, instrumentos, documentos, análises e debates, propondo sempre melhorias;
- C. Construção, conjunta às diversas áreas, dos projetos pedagógicos e institucionais;
- D. Treinamento, com a proposta, elaboração e execução de oficinas para treinamento e desenvolvimento;
- E. Difusão, em diversos momentos das propostas, dos objetivos, resultados e análises dos diversos processos avaliativos internos e externos, oficiais ou não;
- F. Reavaliação dos métodos, processos e resultados e o re-planejamento das ações para os períodos subsequentes.

Diversas formas de aferição foram utilizadas, como:

- a. Comparação e acompanhamento periódico das metas, resultados e processos, inclusive para subsidiar o re-planejamento dos processos avaliativos e do PDI;
- b. Questionários quantitativos, com análise de variáveis (coleta de dados) por medidas de dispersão-média e mediana, tendo como unidade padrão à média aritmética da Faculdade;
- c. Questionários qualitativos, com análise de conteúdo;
- d. Pesquisa legal, para acompanhar as diretrizes educacionais;
- e. Pesquisa a órgãos e outras fontes para identificar necessidades mercadológicas e mudanças;
- f. Análise documental e acesso e construção de banco de dados internos, com objetivo de sistematizar e analisar as informações;
- g. Análises por curso, propondo melhorias e ajustes.

Para condução destes processos foram realizadas atividades, entre elas encontros, debates e fóruns, pois a Faculdade buscou, por meio do diálogo e da construção, viabilizar as suas ações.

Os resultados do processo de autoavaliação são encaminhados à instância superior da Faculdade, a quem compete a definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação subsidiam as ações internas e a (re) formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional.

O conhecimento gerado pelo processo de autoavaliação é disponibilizado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e a sociedade com a finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique as potencialidades e as dificuldades envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. O conhecimento das estratégias adequadas norteará as decisões no sentido de disseminá-las, generalizando o sucesso. Por outro lado, as formas de ação que não apresentarem resultados satisfatórios serão modificadas, buscando-se alternativas para introdução de novos caminhos.

2. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação planeja o processo da Autoavaliação Institucional, é aplicado de forma contínua e integrada, garantindo a efetividade do processo e do alcance de suas metas e objetivos, durante o desenvolvimento das ações e atividades da avaliação da instituição que é um dos instrumentos centrais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. A Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela condução e articulação do processo de avaliação interna

O Plano de Ação do ano de 2023, contempla dois semestres letivos, a avaliação é voltada para as questões pedagógicas, gestão e infraestrutura. Tem também como objetivo avaliar as atividades e eventos promovidos pelos cursos e o trabalho realizado e os instrumentos utilizados pela CPA.

A coleta dos dados a partir das respostas aos questionários, das reuniões para análise e quantificação de dados e indicativos dos setores, terá como referência as dimensões do SINAES, considerando suas análises qualitativas e quantitativas, bem como o diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades. Espera-se, com a implantação desse processo de avaliação continuar apresentando para a direção da IES, uma análise do seu desempenho em todos os seus níveis e aspectos.

As reuniões ordinárias da CPA ocorrem bimestralmente, às 9 horas, com duração máxima de duas horas. A pauta é enviada previamente aos membros da CPA com antecedência mínima de uma semana. As ações operacionalizadas no período anterior são relatadas e avaliadas; as ações para o próximo período são propostas, discutidas e, eventualmente, ajustadas. Uma ata é elaborada e assinada por todos os presentes.

Na Tabela abaixo apresenta-se o cronograma de ações de 2023.1.

Ação	Mês
Analisar dos resultados do exercício anterior	Janeiro
Elaborar do Relatório Anual	Fevereiro

Realizar levantamento junto aos coordenadores de cursos sobre as Atividades/eventos a serem realizadas pelos respectivos cursos	Fevereiro
Socializar dos Resultados	Março
Fazer levantamento dos projetos sociais a serem implantados junto à comunidade	Abril
Buscar estratégias para divulgação da avaliação institucional	Abril
Aplicação da Avaliação Semestral dos Docentes	Mai
Verificar se as sugestões foram implantadas	Junho

Na Tabela abaixo apresenta-se o cronograma de ações de 2023.2.

Ação	Mês
Realizar reuniões de grupos e /ou de segmentos institucionais para análise das dimensões institucionais (SINAES)	agosto
Analisar feedbacks e avaliações externas	Setembro
Socializar dos Resultados	Setembro
Criar ações de estímulo para a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional	Outubro
Aplicação da Avaliação Semestral dos Docentes	Outubro
Aplicar do questionário da Avaliação institucional	Novembro
Analisar os dados coletados no ano de 2023	Dezembro

2.1. Sugestões de ações para 2023

Ações a serem desenvolvidas no decorrer do ano de 2023:

Ação 1 - Internacionalização acadêmica

A instituição deve avançar no eixo da internacionalização, ainda inexistente no PDI. Recomenda-se firmar **convênios com instituições estrangeiras** para intercâmbios acadêmicos, criar **programas de mobilidade virtual** que permitam participação em cursos e palestras internacionais online, bem como ofertar **disciplinas eletivas em língua estrangeira**. Essas ações ampliam a visibilidade da IES, fortalecem a formação dos discentes e criam oportunidades de cooperação científica e cultural.

Ação 2 - Política de sustentabilidade

Os relatórios apontaram fragilidades na gestão da infraestrutura e ausência de um plano ambiental. Nesse sentido, a instituição deve implantar uma **política institucional de**

sustentabilidade, com metas de redução de consumo de energia e água, substituição gradual da iluminação por LED, implantação da coleta seletiva e incentivo à pesquisa em práticas sustentáveis. Além disso, sugere-se promover **campanhas de educação ambiental** junto aos discentes e servidores, reforçando o compromisso social da instituição.

Ação 3 - Avaliação docente e feedback

O processo avaliativo docente ainda apresenta limitações quanto ao retorno aos professores e uso pedagógico dos resultados. Recomenda-se adotar **instrumentos padronizados de avaliação docente**, estabelecer prazos curtos para devolutiva aos professores (garantindo caráter formativo) e utilizar os resultados para planejar **oficinas de capacitação pedagógica**. Essa medida contribui para a melhoria contínua do ensino, alinhando expectativas institucionais e práticas em sala de aula.

Ação 4 - Ampliar a participação na avaliação institucional

A IES irá aplicar os questionários também no momento da matrícula, além do final do semestre, para aumentar o número de respondentes.

Ação 5 - Melhorias na Segurança e Bem-Estar

Ampliar ações de segurança no campus, respondendo às preocupações levantadas por alunos e professores

Ação 6 - Fortalecer os espaços de convivência e inclusão

Melhorar e valorizar os espaços de convivência e alimentação, bem avaliados mas que podem ser ampliados

Ação 6 - Fortalecer as Políticas Institucionais de Inclusão

Reforçar políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, destacadas como pontos positivos.

3. CRONOGRAMA DE AÇÕES CONSOLIDADAS

Etapas / Ações	J a n e i r o	F e v e r e i r o	M a r ç o	A b r i l	M a i o	J u n h o	J u l h o	A g o s t o	S e t e m b r o	O u t u b r o	N o v e m b r o	D e z e m b r o
a. Divulgação dos Resultados Parciais												
b. Divulgação do Plano de Ação – Resultados Parciais												
c. Planejamento da Avaliação Institucional – Ano/Semestre Corrente												
d. Sensibilização dos Professores												
e. Sensibilização dos Líderes de Sala												
f. Sensibilização Coletiva – Sala de Aula												
g. Planejamento Logístico para Realização da Avaliação Institucional												
h. Realização da Avaliação Institucional												
i. Confeção do Relatório Parcial/Final												
j. Elaboração do Plano de Ação Parcial/Final												
k. Reunião com os Dirigentes para Feedback												
l. Submissão ao MEC/INEP												

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da qualidade institucional requer um conjunto de ações integradas que respondam às fragilidades identificadas nos processos avaliativos. Um primeiro eixo de melhoria concentra-se na extensão universitária, que precisa ser definitivamente incorporada aos currículos dos cursos, assegurando os 10% de carga horária obrigatória e ampliando o impacto social das atividades junto à comunidade. Paralelamente, torna-se fundamental expandir a pesquisa e a iniciação científica, estruturando grupos, editais internos e parcerias que estimulem a produção acadêmica de docentes e discentes.

O fortalecimento das políticas de ensino também é prioritário, exigindo atualização periódica dos PPCs, maior uso de metodologias ativas e avaliações coerentes com o perfil do egresso. Para apoiar a permanência estudantil, recomenda-se ampliar programas de apoio acadêmico e psicopedagógico, de nivelamento e de acompanhamento, além de consolidar uma política de egressos capaz de monitorar a inserção profissional e retroalimentar o processo formativo.

No campo da gestão, destaca-se a necessidade de regulamentar a participação da comunidade acadêmica em colegiados, reforçando a representatividade discente e técnica, e investir em capacitação de gestores para maior eficiência administrativa e financeira. No aspecto estrutural, urge criar um plano de manutenção patrimonial abrangente, com ações preventivas em salas, laboratórios e sanitários, acompanhado de investimentos em tecnologias da informação e comunicação, que contemplem modernização de laboratórios, ampliação do acervo digital e integração dos sistemas institucionais.

Além disso, deve-se ampliar a comunicação institucional, tanto interna quanto externa, divulgando resultados da CPA e assegurando transparência à sociedade. Complementarmente, a internacionalização acadêmica deve ganhar espaço, por meio de convênios com instituições estrangeiras, programas de mobilidade virtual e disciplinas em língua estrangeira, ampliando a visibilidade e a cooperação científica. Da mesma forma, a instituição precisa implementar uma consistente política de sustentabilidade, com metas de redução de consumo de energia e água, iluminação LED, coleta seletiva e campanhas de educação ambiental. Finalmente, a avaliação docente deve ser fortalecida, com instrumentos padronizados, devolutivas rápidas e oferta de capacitações pedagógicas, assegurando a melhoria contínua da prática de ensino.